

XIV Encontro Nacional da ABET – 2015 – Campinas
GT (Grupo de Trabalho) 13: Trabalho e Economia Solidária
Sobre o trabalho autogestionário: experiências e vivências

Manuela Salau Brasil

Francisco Salau Brasil

Lillian Cristina Cruvinel Torres

Sobre o trabalho autogestionário: experiências e vivências

RESUMO SIMPLES

A opção pelo trabalho coletivo ou autogestionário requer disposição, empenho e persistência para romper com antigos hábitos e padrões. São escolhas pavimentadas por caminhos e motivações diferentes, mas que convergem para a mesma crença de que as tentativas produzirão resultados compensadores. As recompensas se manifestam em variadas dimensões, e uma delas diz respeito a forma de vivenciar e se relacionar com o trabalho. Este é o foco da presente comunicação, que pretende analisar a experiência de trabalho coletivo em um empreendimento econômico solidário, a partir das falas de seus trabalhadores. Busca-se analisar, através da história de vida e entrevistas, a trajetória do trabalho individual para o trabalho coletivo, e quais as percepções que os trabalhadores trazem desta experiência. Com isso será possível investigar, para o caso do empreendimento pesquisado, em que medida o trabalho coletivo é capaz de operar mudanças em relação à forma de trabalho anterior, estabelecendo comparações e qualificando as eventuais modificações ocorridas, a partir da perspectiva daqueles que ousam romper com o estabelecido.

Palavras-chave: economia solidária, trabalho, incubadora, autogestão, trabalho coletivo

INTRODUÇÃO

A economia solidária no Brasil tem proporcionado experiências que encorajam a pensar em mudanças para o mundo do trabalho. Tal alegação é apoiada em resultados de pesquisas que compreendem um campo heterogêneo de empreendimentos econômicos solidários, mas (EES) que tem neste aspecto um ponto em comum. Sem recair em um otimismo ingênuo, pois não se trata de idealizar tais experiências nem tampouco supervalorizar e generalizar seus frutos, não convém igualmente desprezar os relatos de que tem sido esta uma de suas principais conquistas, mesmo que se apresente de maneira singular em cada EES. A principal via de acesso para a produção de mudanças na relação com o trabalho deriva da forma com que ele é vivenciado nos empreendimentos, em suma, a partir do trabalho autogestionário.

Através do presente artigo busca-se analisar a prática da economia solidária e suas reverberações para o mundo do trabalho, analisando em que medida a passagem do trabalho individual para o coletivo é percebido e avaliado pelos trabalhadores de uma associação de feirantes da economia solidária na cidade de Ponta Grossa, Paraná. O empreendimento é acompanhado pela Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa – IESol/UEPG, que durante o processo de incubação buscou elementos para pesquisar este fenômeno.

O EES estudado é a Associação de Feirantes da Economia Solidária – AFESol, atualmente em fase final do processo de incubação pela IESol/UEPG. A gênese da associação remonta à ação promovida pela Pastoral do Mundo do Trabalho do município, que na época iniciava um trabalho orientado para a economia solidária. A entrada da IESol veio fortalecer o trabalho iniciado por esta entidade, que na época contava com poucas possibilidades de manter uma orientação mais próxima e com maior periodicidade com o grupo. Assim, foi estabelecida uma parceria entre as duas entidades de apoio em prol do acompanhamento dos trabalhadores que, mesmo sem a formalização do empreendimento, trilhavam o caminho da economia solidária. Atualmente o EES conta com 6 integrantes, 5 mulheres e 1 homem.

Para fins da análise proposta, é importante destacar que a formalização da associação veio acompanhada pelo desejo, por parte dos trabalhadores, de dedicar-se à produção coletiva com o propósito de expandir o exercício da autogestão. Como feirantes, o trabalho de produção até então era individual, sendo que apenas a comercialização era realizada no coletivo. A opção pela produção de alguns produtos de forma coletiva implicou em novos desafios para os trabalhadores da AFESol como também para a equipe da IESol. A produção coletiva foi e está sendo introduzida de forma gradual e constantemente refletida e debatida, e através das histórias de vida e entrevistas realizadas buscamos captar as mudanças e seus impactos para seus trabalhadores.

Para o desenvolvimento da referida pesquisa, estruturamos o artigo da seguinte forma: segue-se à introdução uma discussão teórica sobre economia solidária, trabalho e em especial sobre sua relação entre ambos. Na sequência trazemos um breve histórico do EES analisado, apresentaremos a escolha metodológica, os resultados produzidos e suas análises, para então concluirmos com as considerações finais.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária é o renascimento, nos anos 1980, de práticas, princípios e valores do cooperativismo do século XIX. Ambos os casos coincidem com episódios de crise do sistema capitalista, mas em nenhuma delas as reivindicações se restringiram a questões pontuais, econômicas ou emergenciais. Sem generalizar as razões pessoais de adesão a estas experiências, é possível afirmar que entre elas encontra-se a busca por viver segundo uma racionalidade contrária a do capital.

De acordo com Cruz, a economia solidária caracteriza-se como:

- o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação [de produção, de consumo, de crédito etc],
- (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de

seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes. (CRUZ, 2006, p.69)

No campo heterogêneo que compõe a economia solidária podemos encontrar diferentes perfis de empreendimentos e trabalhadores, além de um conjunto de apoiadores e gestores públicos que se somam no esforço de promover condições de sustentabilidade dos EES.

Ao consideramos a economia solidária como um campo heterogêneo e plural, não deixamos de reconhecer um traço comum em tais experiências:

É fato que essas manifestações possuem efetivamente algo em comum quanto ao significado que assumem para os seus protagonistas diretos. Elas expressam a impossibilidade e a recusa de viver segundo os preceitos da economia capitalista e nos termos de sua sociabilidade intrínseca; em outras palavras, a negativa de abandonar sistemas de vida que não desvinculam as relações econômicas das relações sociais, insistindo em resgatá-los ou em agir por sua instauração. (GAIGER, 2009, p. 87)

A amálgama entre a recusa de uma certa racionalidade e a busca pela instauração de outra tem como base os princípios que os orientam, neste caso, a solidariedade, cooperação, a centralidade no trabalho, a autogestão e a sustentabilidade. Elegemos o trabalho coletivo autogestionário como um de seus traços distintivos, ao mesmo tempo em que é também um de seus maiores desafios.

Não é difícil enumerar as barreiras para que o trabalho autogestionário seja realizado, passando desde a desconfiança do potencial do trabalhador até o limite da cultura individualista e do economicismo que orientam a vida em sociedade. Enfrentar estes limites requer disposição e paciência histórica para transpor condições objetivas e subjetivas.

Neste sentido, a trajetória laboral e a história de vida dos trabalhadores são essenciais para compreender de que maneira o processo de autogestão pode ser aceito e incorporado no cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários. A autogestão converte-se, portanto, em exercício cujos resultados carecem de tempo para maturação, sujeitos a avanços e revezes, mas cuja persistência tem revelado possibilidades reais de emancipação dos trabalhadores na trilha de outra forma de sociedade.

De acordo com Singer (2002, p. 21):

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica [necessária em si], mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.

O trabalho associado, por sua vez, pode ser assim compreendido:

Do ponto de vista endógeno, a prática do trabalho associado desdobra-se em várias

instâncias, dentre as quais se destacam: a política equitativa de distribuição de rendimentos; a organização diferenciada do processo de trabalho; e a gestão coletiva e democrática ou autogestionária do empreendimento.(Dal RI, p.12)

Antes de aprofundarmos a questão do trabalho na economia solidária, julgamos oportuno marcar alguns traços centrais da discussão sobre trabalho.

TRABALHO

Os sentidos que o trabalho pode assumir podem ser ilustrados nas duas citações selecionadas.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza[...] Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua vida. O atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza [...] O que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade[...] Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim. (MARX, 1988, p. 142-3)

Nesta conhecida passagem de Marx, o trabalho é expressão de criatividade, de realização humana, de imaginação posta à prova. E sendo assim, é trabalho concreto, criador de valor de uso, ao contrário de quando subordinado ao modo de produção capitalista, valorizado pela forma de dinheiro e criador de valor de troca.

No extrato abaixo, selecionado da Carta Encíclica *Laudato Si'* do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum, é possível constatar o potencial de difusão do trabalho face à variadas dimensões da vida, destacando-se como um direito de todos.

Afirmamos que 'O homem é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida econômico-social'. Apesar disso, quando no ser humano se deteriora a capacidade de contemplar e respeitar, criam-se as condições para se desfigurar o sentido do trabalho. Convém recordar sempre que o ser humano é 'capaz de, por si próprio, ser o agente responsável do seu bem-estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual. O trabalho deveria ser o âmbito deste multiforme desenvolvimento pessoal, onde estão em jogo muitas dimensões da vida: a criatividade, a projeção do futuro, o desenvolvimento das capacidades, a exercitação dos valores, a comunicação com os outros, uma atitude de adoração. Por isso a realidade social do mundo atual exige que, acima dos limitados interesses das empresas e de uma discutível racionalidade econômica, 'se continue a perseguir como prioritário o objetivo do acesso ao trabalho para todos.' (LAUDATO SI, p. 103-104)

Conciliar o tempo do trabalho com outros tempos para outras atividades, mantendo-o como fonte de realização, criação, imaginação, prazer e liberdade, palco de transformações que se estendem para além dele próprio caracterizam outra forma de trabalhar que não a

hegemônica. Embora não falem diretamente sobre economia solidária, ambas as citações contêm elementos que o aproximam do projeto da economia solidária. Nele, o potencial emancipador do trabalho, bastante questionado em meio às teses sobre o fim do trabalho, é retomado e sintetizado através da modalidade de trabalho associado ou autogestionário.

No caso em questão, trata-se do trabalho associado e artesanal. Usualmente o trabalho artesanal é revestido de algumas das características acima, apesar de ser executado individualmente. O trabalho artesanal e coletivo é fenômeno mais raro, ao menos quando no que se refere à produção. Geralmente o trabalho coletivo é restrito às atividades de organização para a comercialização e realização de feiras. Esta era a realidade das trabalhadoras do EES em questão, até que durante o processo de incubação as possibilidades do trabalho coletivo foram levantadas e as trabalhadoras desafiaram-se a estendê-lo em suas práticas.

Tal decisão foi resultado de uma trajetória em que o próprio trabalho foi compreendido de uma forma mais ampla, no sentido de compreendê-lo como elemento transformador. De acordo com Cattani:

O trabalho, como ato concreto, individual ou coletivo, é, por definição, uma experiência social. Opressão e emancipação, tripalium [tortura] e prazer, alienação e criação são suas dimensões ambivalentes, que não se limitam à jornada laboral, mas que repercutem sobre a totalidade da vida em sociedade [...] ele [o trabalho] se transformou numa espécie de cimento social, no ator básico de socialização... (CATTANI, 2000, p. 39-40)

É com base em certa experiência de trabalho que este artigo se debruça, considerando-o como fonte de rica vivência pessoal e relacional. Trata-se, portanto, do trabalho autogestionário, e sobre ele dedicamos as próximas e breves reflexões.

TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O tema da II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES), realizada em 2010 em Brasília, traz no título “Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”, a preocupação com os:

objetivos de realizar um balanço sobre os avanços, limites e desafios da economia solidária e das suas políticas públicas e avançar no reconhecimento do direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade.” (III CONAES – documento de referência)

A questão do trabalho associado como direito, e não como alternativa fugaz e provisória, tem lastro nos resultados empíricos que evidenciam:

o aporte mais valioso das experiências de economia solidária é proporcionar uma nova práxis do trabalho, que freia a degradação do trabalhador e rompe o ciclo

reiterativo da consciência, em uma época em que o regime de acumulação capitalista deixa as pessoas à deriva [Senett, 1999] e impõe enorme esforço, teórico e prático, de resgate dos sentidos do trabalho [Antunes, 1999]. Ao reconciliar o trabalhador com o processo e os frutos do seu labor, oferece-se a possibilidade de superar o caráter descartável e alienante da atividade produtiva, de elevá-la a um patamar de satisfação de aspirações não apenas materiais ou monetárias. O trabalho fundado na solidariedade restitui as condições de reflexividade, impede a subjetivação, em cuja experiência [Dubet, 1994] estampa um conteúdo intrinsecamente axiológico e projetivo. No lugar de supor a presença de um 'homem novo', tal como Nove[1989] aponta corretamente ter ficado subentendido na teoria econômica do socialismo, abre uma via real para sua constituição. (GAIGER, 2004, p. 6)

Na mesma toada, tem-se que:

a potencialidade da economia solidária popular radica-se no fato de que ela pode constituir-se em um amplo processo prático-educativo, em uma escola que deve ser vivida, não apenas para atenuar os problemas do desemprego, senão também para que os trabalhadores e a sociedade descubram ser possível uma nova maneira de fazer e conceber as relações econômicas e sociais tanto no âmbito do lugar do trabalho, quanto no âmbito de toda a sociedade. (TIRIBA, 2001, P.374)

Tais assertivas calçam a aposta do potencial do trabalho nestas experiências, não como algo a ser conquistado em um futuro distante, mas como algo que está em andamento e que pode ser ampliado.

Para reforçar o papel do trabalho e suas reverberações na economia solidária, recorremos a alguns dados resultantes do 2º. Mapeamento da Economia Solidária. Este mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013, alimentando a base do SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária).

Destacamos as respostas sobre as principais conquistas e desafios referentes aos EES pesquisados. Sobre a primeira questão, os resultados foram: integração de grupo/coletivo com (66,1%), a geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os (as) sócios(as), (59%), A autogestão e o exercício da democracia (49%), conquistas para a comunidade local (37,6%), comprometimento social dos sócios (37,4%), conscientização e compromisso político (17,8%). É importante considerar, para a análise dos dados, que “há uma relação positiva, mesmo se branda, entre a finalidade principal dos EES e as suas conquistas mais salientes.” (GAIGER, 2014, p.133)

Sobre os principais desafios, seguem-se as respostas: gerar renda adequada aos(as) sócios(as) (73,6%), viabilizar economicamente o empreendimento (66,5%), manter a união do grupo/coletivo (56,1%), efetivar a participação e a autogestão (43,7%), articulação com outros EES e com o movimento da economia solidária (42,9%), garantir proteção social para os(as) sócios(as) (39,3%), alcançar maior conscientização ambiental dos(as) sócios(as) (37%) e alcançar a conscientização e a politização dos(as) sócios(as) (34,1%).

Também neste conjunto de respostas deve-se considerar a modalidade do EES, que

segundo Gaiger “ em linhas gerais, repete-se então o alinhamento entre a finalidade primordial dos EES e os pontos destacados como desafios principais, o que faz sentido se considerarmos que existe um campo aberto para avanços e melhorias em várias direções, sendo provavelmente aquelas alinhadas com os objetivos dos EES que geram maior interesse e despertam maior sensibilidade”. (GAIGER, 2014, p. 134)

Os dados acima sugerem uma contradição, posto que os itens que dizem respeito às relações de trabalho aparecem tanto como principais conquistas como também como desafios. Há um conjunto de fatores que podem ser agrupados na temática de questões subjetivas do trabalho que sinalizam a natureza processual de seus avanços, e a maior fragilidade apontada diz respeito às questões econômicas dos EES.

Confirma-se uma desigualdade entre as dimensões subjetivas e objetivas do trabalho, desfavorável para este último. Segundo Tiriba: “As organizações econômicas populares anunciam-nos que sua fragilidade não está, exatamente, nas relações sociais que inauguram no interior do empreendimento e com a comunicação local, mas em sua fragilidade econômica e política”. (TIRIBA, 2001, p.366)

Este é um dos questionamentos direcionados aos resultados dos EES, e sua resposta exige uma compreensão ampla, desde as motivações de seus trabalhadores, até a discussão sobre o que se entende como eficiência. Consideramos nesta pesquisa que a eficiência de um EES extrapola a dimensão econômica, e neste sentido, o trabalho autogestionário é um elemento que a compõem e define. Este aspecto será enfatizado nesta pesquisa, cujos procedimentos metodológicos estão evidenciados abaixo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se um estudo de caso, sendo o objeto um EES, denominado Associação de Feirantes de Economia Solidária – AFESol. Para sua execução, optou-se metodologicamente, pela realização de entrevistas de história oral de vida e de um questionário estruturado, constituído por questões abertas. A escolha se deu devido as atividades iniciadas pelo Núcleo de História Oral, da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESol/UEPG), no processo de incubação do referido empreendimento.

A IESol é um programa de extensão da UEPG, criado no ano de 2005, com a finalidade de difundir e fomentar os princípios da economia solidária na cidade de Ponta Grossa e nos municípios de sua região. Assim, como outras incubadoras, atende “grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em

cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários” (SINGER, 2002).

Para alcançar o seu propósito, a IESol constitui-se multi e interdisciplinar, integrando diferentes áreas do conhecimento em atividades de pesquisa e extensão. As equipes são compostas por professores, servidores, técnicos, voluntários e alunos de pós-graduação e de graduação dos mais diversos cursos, da UEPG e demais universidades conveniadas.

A organização do trabalho na incubadora ocorre a partir dos treze empreendimentos por ela atendidos. Cada um deles encontra-se em uma fase do processo de incubação (pré-incubação, incubação e graduação) e em uma modalidade de atuação (incubação, acompanhamento e assessoria). De forma transversal, ainda acontece o trabalho dos núcleos, que são acionados ou desenvolvem atividades de acordo com as demandas dos EES, ou de pesquisa.

Para a elaboração deste trabalho, destaca-se as ações do núcleo de história oral, no processo de acompanhamento dos empreendimentos. Coordenado por professores do Departamento de História (DEHIS) da UEPG, tal núcleo direciona suas atividades à produção de entrevistas de história de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, para que em um futuro próximo, elas sejam disponibilizadas em um acervo digital. Seus integrantes, quase todos historiadores, entendem como fundamental a criação de espaços alternativos para a disponibilização dessas narrativas, pois estes contribuem para a “democratização” da história de indivíduos e/ou comunidades excluídas da história oficial. Através da inserção dessas tecnologias digitais, assegura-se assim o registro e preservação da memória coletiva dos grupos.

Assim, a história oral pode proporcionar maior visibilidade e inclusão aos sujeitos e, sua materialidade, entrevista e/ou depoimento, pode ter diferentes definições. No entanto, destaca-se a do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC –FGV), apontando que:

as entrevistas de história de vida são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. Caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar. Além disso, fazem parte de todo um conjunto de documentos de tipo biográfico, ao lado de memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros. (CPDOC, 2015)

Cabe ressaltar que, para muitos autores, a prática da história oral “cria” fontes históricas, ou seja, o registro de narrativas desse tipo evidencia a construção de fontes únicas e inéditas até aquele momento (Worcmán, 2013). Entretanto, muito se discute sobre a carga de subjetividade do narrador. Porém, Worcmán aponta que:

Talvez a maior característica desse tipo de fonte – os depoimentos – não seja a subjetividade, mas a singularidade da narrativa, isto é, o fato de que cada narrativa constitui uma articulação, singular, feita por alguém. Trata-se de uma narrativa que traduz – sempre – a perspectiva pessoal que o indivíduo tem sobre a própria experiência ou sobre um tema específico. Creio que essa é uma colocação fundamental para compreendermos de fato, aquilo que é mais precioso em um depoimento, a articulação que cada narrativa para construir sua própria história. Essa articulação explica as relações de causa e efeito, as definições das tramas e os destaques dados ao conjunto de eventos. Ela traz a singularidade de cada narrador. (...) A narrativa é sempre um olhar, uma perspectiva. (WORCMÁN, 2013, p. 150)

Dessa forma os depoimentos produzidos pelo núcleo, em parceria com as trabalhadoras da AFESol, revelaram-se promissores para as reflexões elencadas nessa pesquisa. Como as atividades não foram finalizadas pois foram colhidos apenas três depoimentos, houve a necessidade de recorrer a mais uma ferramenta de pesquisa, lançando mão de um questionário estruturado, com questões abertas. Tais questões objetivavam captar as percepções que cada integrante do grupo possuía sobre a implantação do trabalho coletivo na associação. O instrumento indagava sobre o surgimento da proposta, a primeira impressão das associadas e como era exercido o trabalho anteriormente. Também foram questionadas sobre as mudanças que ocorreram na vida pessoal e na associação, solicitando ainda que apontassem o “melhor” e o “pior” de trabalharem coletivamente e as principais diferenças entre essas duas modalidades. Para finalizar, requisitou-se que as associadas avaliassem o processo indicando a perspectiva atual.

É importante destacar que, com o intuito de preservar a identidade das trabalhadoras e trabalhadores participantes da pesquisa, as falas foram identificadas com nomes de flores.

AFESOL

A AFESol – Associação de Feirantes da Economia Solidária -, localizada no município de Ponta Grossa (Paraná) é um dos EES incubados pela IESol – UEPG. Parte dos 6 trabalhadores da associação integraram um antigo grupo de feirantes que foi o primeiro ees incubado pela IESol, em 2006. Os feirantes eram apoiados pela Pastoral do Mundo do Trabalho, e reuniam-se semanalmente para comercialização (na saída das missas dos domingos pela manhã) e mensalmente para troca de experiências e avaliação (no salão da paróquia). A IESol entra neste processo para fortalecer especialmente a formação em economia solidária, através da metodologia de pré-incubação, incubação e graduação.

A partir de então os feirantes passaram a realizar feiras semanais também na UEPG, além de formações igualmente semanais. O grupo era bastante heterogêneo e seus encontros resumiam-se nos momentos citados acima, ou seja, a produção não era coletiva – o que é comum com trabalho de artesanato. Ao final de 2 anos o processo de incubação foi interrompido, essencialmente pela baixa adesão de seus participantes ao ideário da economia solidária.

Em 2011 parte dos feirantes solicita a retomada do processo de incubação, e em meio a isto ocorre a suspensão das feiras semanais junto à Igreja, rompendo uma parceria que proporcionava um ponto de venda fixo para aquele conjunto de trabalhadores. Importante ressaltar que o processo de incubação já havia iniciado ou reiniciado quando ocorreu este fato, ou seja, não foi ele o motivador para este retorno do grupo. De acordo com relatos, o fator preponderante para esta reaproximação com a IESol foi uma viagem à Feira de Santa Maria, que segundo elas revelou mais fortemente o potencial da economia solidária, levando-as ao reencontro com a IESol.

As Feiras Solidárias na UEPG foram retomadas, e no ano seguinte o grupo foi formalizado. Durante os encontros de formação, a autogestão e o trabalho coletivo foram tematizados, e surgiu a indagação sobre se haveria interesse em avançar sobre isso na AFESol, ou seja, introduzir a produção coletiva de alguns produtos. Habitualmente os trabalhadores das feiras realizam individualmente a produção, reunindo-se apenas para as atividades de comercialização. Em que pese ser esta uma característica deste tipo de atividade, foi sempre objeto de reflexão nas equipes da incubadora, através de avaliações sobre em que medida os valores e princípios como autogestão, cooperação, solidariedade poderiam ser mais substantivos.

Através de discussão nas formações e de relatos de exemplos de produtos artesanais produzidos coletivamente, os trabalhadores da AFESol assumiram a proposta de, sem abandonar suas produções individuais, testar esta nova modalidade de trabalho. A ideia ganhou força com a possibilidade de receber material dos correios – malotes e uniformes – que antes incinerados ganham novas formas pelas mãos e criatividade de artesãos por meio de parcerias com a instituição. No caso da AFESol foi escrito um projeto em parceria com a Cáritas Diocesana, tendo em vista que a ausência da documentação exigida pelos correios para que o material fosse concedido. Este projeto mobilizou o grupo que, mesmo antes de receber a matéria-prima (o que efetivamente só aconteceu 2 anos depois) iniciou a confecção de produtos produzidos não por todos, mas por alguns deles.

Esta primeira experiência ocorreu com a introdução de produtos novos, resultado de

um trabalho realizado por 2 ou no máximo 3 participantes. Um dos desafios era o fato de escolher o novo produto e seus produtores, considerando a qualificação de cada um. Importante saber que a gama de produtos oferecida é bastante heterogênea, indo de roupas para crianças, roupas para animais, bijouterias, produtos para cozinha, bolsas recicláveis e pastéis e bolachas. Ou seja, não havia nem um histórico de trabalho coletivo, tampouco uma habilidade em comum. O processo foi gradual, sem atropelos ou pressões, e aos poucos – o que somente um processo que permite um tempo de maturação suficiente para inovações desta natureza – os resultados empolgavam a favor da continuidade e fortalecimento deste tipo de trabalho.

Em meados de 2013 foi anunciada a vinda dos materiais solicitados pelos correios. Neste momento, após quase 2 anos de espera, o grupo não contava com espaço físico para abrigar o material, mas rapidamente e autogestionariamente eles providenciaram o necessário para recebê-los. A primeira encomenda foi feita por uma estagiária da IESol, na época diretora de um colégio particular, que entusiasmada com o projeto escolheu as bolsas recicladas como presente no dia dos professores. O efeito desta encomenda foi importante como forma de divulgar o trabalho (o que resultou em notícias na imprensa), bem como mostrar-lhes o ritmo das decisões coletivas (aceitar o trabalho, acertar o valor, criação e confecção do produto, cumprimento de prazos de entrega) e consolidar a possibilidade do trabalho coletivo entre eles.

Desde então, o número e a qualidade dos produtos aumenta e melhora, e a prática do trabalho associado tem se demonstrado satisfatória na visão deles. São bolsas, estojos, porta agendas, aventais que são produzidos por todos os trabalhadores do EES. A produção é vendida nas feiras de comercialização, assim definidas pelas trabalhadoras: “Nossa feira de economia solidária é regida pelos valores de autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano”.

Como periodicidade semanal a feira na Universidade é local de comercialização dos produtos e de divulgação da economia solidária. A tabela abaixo mostra a renda obtida por cada uma das trabalhadoras com suas vendas individuais bem como a gerada pela produção coletiva. Na segunda coluna colocamos a fração do trabalho coletivo que corresponde a cada trabalhadora, considerando que a divisão das sobras é feita igualitariamente. Na última coluna tem-se o resultado da soma da renda individual e parte do coletivo referente a cada uma. Os dados resumem os valores do primeiro semestre, com a ressalva de que neste período a instituição passou por mais de 40 dias de greve, com repercussões diretas sobre as vendas.

Feiras Solidárias na UEPG: renda individual e coletiva 1sem 2015

Fonte	R\$ individual	Parte coletivo	Indiv. + coletivo
O.	2757	602,6	3359,60
V.	3026	602,6	3628,60
M.	3621	602,6	4223,60
G.	6200	602,6	6802,60
R.	1277	602,6	1879,60
Coletivo	3013		

Os dados revelam o quanto o trabalho coletivo tem contribuindo na renda de cada trabalhadora, numa parcela que se soma aquilo que cada uma receberia apenas através da produção individual. No entanto, os ganhos não podem ser reduzidos à questão econômica, e é sobre estes que o artigo pretende explorar.

RESULTADOS E ANÁLISES

A partir do trabalho realizado por alguns integrantes da equipe de incubação, utilizando entrevistas de história oral de vida, pode-se destacar a fala de uma das associadas que já visualizava e praticava o trabalho cooperativo e coletivo antes mesmo da instituição formal da produção coletiva de toda a associação:

“É, antes da gente ter a associação registrada, eu e a Jasmim começamos a fazer os tapetes, um dia ela chegou pra mim: *Violeta* você não quer fazer tapete? Teu ponto do crochê é igual o meu!? ... e daí a gente fazia, eu fazia o tapete de crochê e ela também fazia, daí eu colocava na mesa dela... daí, se eu colocava quatro tapetes e ela colocava quatro tapetes, se ela vendia um tapete dela, metade era meu, se ela vendia um tapete meu, metade meu e metade era dela, a gente repartia assim, acho que fui a primeira que começou a trabalhar assim associada...” (Violeta).

O depoimento acima fornece pistas de que o desejo pelo trabalho coletivo já era latente, e o encontro com a economia solidária e o processo de incubação apenas possibilitou que ele se realizasse.

Sobre as expectativas iniciais em relação ao trabalho coletivo, os depoimentos abaixo revelam:

“A primeira impressão, como a gente era individual, a gente não aceitou. A gente achou que um trabalhava mais que o outro, porque a gente pensava que ia ser os produtos da gente mesmo, sabe? Daí pensamos que a gente ia vender os produtos assim: - se eles fazem bolsa, bijuteria e roupa e eu, daí nós vendia tudo e depois repartia igual. Daí a gente pensou que era isso e não aceitou. Depois que a gente fez o acompanhamento com a universidade, daí que eles explicaram bem certinho que o nosso individual, ficava individual para cada um, mas nós ia ter o coletivo, de todas. Daí que foi feito, formou a associação. (...) Eu gosto de trabalhar em grupo. Quem não experimenta... a gente tem que apostar nas coisas né? Se der certo deu! Sempre eu falei: - se der certo deu, se não der eu não vou ficar mais pobre do que sou. Porque eu gosto de aventurar nas coisas.” (Girassol)

“Olha, eu apostava, mas a gente ficava assim, receoso, né? Nós sempre habituados no nosso individual, mas fomos. É, de princípio foi difícil, nós entrosamos com nossas ideias, mas não foi assim muito tempo, sabe? Nós começamos a ver que realmente era possível, e discutindo entre nós, porque éramos em 6, né? Como nós já nos conhecíamos ficou bem mais fácil, sabe? Daí, olha, e tá caminhando...”(Orquídea)

Com a adesão ao trabalho coletivo a prática autogestionária na associação tem promovido mudanças perceptíveis, como pode ser verificado na fala abaixo.

“É assim, porque nem todos sabem fazer assim, nem todos sabem costurar na máquina, então quem não sabe costurar desmancha o malote, corta, a Orquídea mesmo não sabe costurar. Ela desmancha o malote, ela corta pra mim montar, e cada um faz o que sabe e se forma, e tudo que a gente faz a gente reparte junto, não tem uma faz mais que a outra vai receber mais, todas recebem igual... A gente fez uma reunião e decidiu assim, a gente decidiu que aquele que fizesse mais ia receber mais ou se todos iam receber igual... e daí a gente optou por a gente receber igual.” (Rosa)

Trata-se de mudanças que ultrapassam as questões mais subjetivas e que tem rebatimento em outras mais objetivas, como a questão da divisão do trabalho e das sobras.

O potencial transformador desta experiência é fortemente identificado na fala que segue:

“A associação não dá [dinheiro] aquilo que a gente precisa, a gente depende do nosso individual, pra gente levar a associação pra frente né, mas um dia a gente vai parar com o individual e ficar só com o coletivo, é o objetivo da gente, só não sei quando né!? “(Violeta)

A decisão dos trabalhadores pela experiência da produção coletiva pode ser compreendida como um avanço impulsionado pela busca em aproximar-se ainda mais da autogestão. E a opção em conciliar, ao menos inicialmente, a produção coletiva com a individual é uma mostra de que as expectativas não vêm desacompanhadas pelo cuidado em relação aos seus resultados práticos. Revela-se, portanto, a conjugação entre anseios e necessidades, no que parece ser um traço comum em empreendimentos econômicos solidários. (GAIGER, 2014; 2004)

O processo de trabalho coletivo exigiu uma série de mudanças que foram percebidas e atendidas pelas trabalhadoras, como exposto no depoimento que segue:

“Ah, surgiu a ideia quando nós ganhemo os malote, daí uma vez até a gente comentou de cada uma levá pra casa, desmanchá, lavá nas suas casa. Mas daí não dava certo, porque ali é bom que um passa pro outro, igual eu, começo sempre, eu começo a desmanchá, eu passo pro o cravo, eu desmancho toda ela, tiro aquele fundo, que o fundo é duplo, passo aquela parte que tem o zíper, o cravo tira o zíper. Tira o zíper e daí já tira aqueles corinho. Daí eu já passo pra orquídea, às vezes, pra orquídea cortá, tirá aquela alça, daí a gente aproveita pra bolsa, pra fazê as alça das mochila e daí já arrumemo, deixemo pronto pra lavá, pra fazê o avental. (...) Porque uma associação tem que trabalhá junto. Não funciona cada uma trabalhá separado nas suas casa ou em outro local.”(Margarida)

A aceitação ao trabalho coletivo tem raízes em uma vivência baseada em colaboração e cooperação nos espaços de convivência entre elas, como registra a fala abaixo:

“Era nosso trabalho individual, né? Cada uma produzia o seu trabalho em casa, e... como te dizer, cada um não tinha que dá satisfação, cada fazia aquilo que é seu, né? O que vinha colocava o preço, então era mais assim, é bem isolado, né? Não precisava dá satisfação pra uma, pra outra, sabe assim... E comercializávamos no coletivo, sabe? E mesmo que uma não fosse ou estava ausente, a gente sempre tava dando apoio, pra uma e pra outra, na questão de montá barraca, emprestá mesa, sabe, tá vendendo o produto daquela outra pessoa, do colega, na ausência dela. Participávamos no coletivo, sabe, a venda. Não era só venda, mas sim o nosso relacionamento era no coletivo, mesmo sendo a produção individual...” (Orquídea)

A respeito das percepções sobre o trabalho coletivo, tem-se:

“A gente aprendeu a ser igual, que a sobra é para todos. Que é muito gratificante quando sobra um pouco pra gente repartir. É muito gratificante repartir igual para todos. Eu ganho mais, porque tem o individual e o coletivo. Ganho mais dinheiro e ganho mais companheirismo das pessoas, porque a gente, nós somos quase uma família lá no nosso grupo. Quando a gente não vai uma semana e não se encontra na semana, a gente já fica triste porque a gente já tá acostumada. E melhorou bastante!” (Girassol)

“Eu gosto de, assim, pra mim é muito bom. E um dia, assim, quando gente se encontra lá, a gente trabalha o dia todo, um tem um assunto, outro tem outro. Fala da família, fala de tanta coisa, é muito bom. Não temo conflito uma com a outra, se acertemo muito bem”. (Margarida)

“Em termo de relacionamento da pessoa, a convivência foi maior. A gente compartilha mesmo das alegria, das tristeza, é, na parte de, da produção, o trabalho é feito assim no conjunto e daí no produto final você pode ver que cada uma tem uma parte de cada um, sabe? No produto final, você colaborou, como teu amigo também colaborou, sabe? Então, é uma satisfação! É uma parceria que quando a gente faz isso, a gente quer que a associação cresça, sabe? E isso não é só a minha vontade, mas com a vontade dos demais. Então você vê isso crescendo, e você vê que a pessoa não tá pensando só nela, sabe? Não to pensando só em mim, mas to pensando no bem-estar do meu próximo, então, é satisfação mesmo.” (Orquídea)

Os maiores destaques positivos podem ser condensados nas falas que seguem:

“ Ah, de melhor é quando você faz uma peça e a gente... eu termino de fazer e falo: - olha que coisa mais linda! E a gente olha e acha bonito. A gente faz e acha bonito o que a gente faz”. (Violeta)

“É, cada um poder dizer, o que quer. Ter a valorização da opinião de cada um, sabe? Cada um pode dar a sua opinião, discutir abertamente e no silêncio a gente acatar, e questionar se for preciso, sabe? Então se tá errado, diz: - olha, eu penso dessa maneira! Mas qual seria melhor? Que caminho deveríamos seguir? Você concorda com aquilo? Ou não? E o que que é o certo, que que é errado, enfim, em que ponto vamos chegar? Então é isso, a valorização de cada um dentro da associação, sabe? Hum, quando eu vejo o pior, eu sou mediadora, sabe? Eu não gosto de ver o pior, quando eu vejo não me deixo abater. Eu tento mais corrigir, então...” (Orquídea)

“Acho positivo! Eu gosto! Nosso trabalho é bom por causa que uma costura, outro desmancha, outra lava, outra corta e é considerada a mesma igualdade de quem costura, de quem lava, de quem corta. Não tem uma mais que a outra lá. E nisso eu acho bom!” (Girassol)

Ah, eu vejo muito bom. Tá bom, tá ótimo! É porque é um trabalho que passa assim por mão de bastante pessoa, pra uma pessoa fazer sozinho, eu acho que não era bom. Muita coisa, desmanchá, tem que lavá, tem que, né? Igual uma mochila, você tem que cortar outra pra fazê a alça, fazê aquele bolso, colocar zíper. É uma peça assim, que se fosse pra trabalha sozinha...É, é bom dividi, porque quando vê, fez um monte. Eu, eu achava que quando a Helena queria que a gente, falou que nós tinha que fazer cem mochila, pensei: - Ih, você acha que nós vamos fazê? Nós contemo esses dia, falta 30 só! É, e fizemo sim! (Margarida)

Mesmo o aspecto negativo citado revela uma potencialidade e mostra como os valores da economia solidária estão presentes no cotidiano das trabalhadoras:

“O pior é um achar que tá fazendo mais que o outro! Daí, vê isso e achá, que se valorizá mais, um tá fazendo mais que o outro. Isso é uma coisa desagradável. Mas procurando vê que cada um trabalha conforme sua condição física, né? Conforme sua habilidade. Que se um consegue fazê mais, tudo bem. Se outro não consegue, também, tudo bem, né? Cada um dá aquilo que pode, na sua condição física. Você sabe que tem gente que pode produzir mais que o outro, e isso, pode haver, tem uma certa cobrança, que acho que isso mais me afeta e a gente tem que ficar sempre mencionando, quando tá conversando numa reunião, que: - conforme a condição de cada um, é válido, é o que ele pode dar.” (Orquídea)

Por suposto, a adesão ao projeto da economia solidária é o grande combustível para que a prática seja coerente com seus princípios. A este respeito, destacamos uma visão geral sobre economia solidária na perspectiva das trabalhadoras entrevistadas:

“Ah, é outra economia! Eu conheci, tô conhecendo uma nova economia, que é pro bem de todos! Precisa avançar, precisa que o povo conheça a economia solidária. Que mais gente conheça! Porque a economia solidária é muito pequena ainda. Porque a economia solidária não é só num grupo de fazendeiras de bolsa, mas tinha que ser grupos de indústria de costura, tem que ir para agricultura, ir pra pecuária e pra outras indústria grande que faz outras coisa. Tinha que começar a formar gente pra estas coisas, porque senão a gente, a nossa economia não cresce. (Por)que a gente é economia solidária mas tem que usar do capitalismo, porque com o que vamos fazer as coisas? Açúcar é do capitalismo, trigo é do capitalismo, tudo o que nós usamos é do capitalismo. Então é pequeno, muito pequeno! (Girassol)”

“O grupo se dá bem, a gente cresceu em questão de conhecimento também. E cada um, consegue ver, sabe, trabalhá nessa parte da associação, não só pra si, mas para o outro também e isso a gente percebe, sabe? Cada um tenta buscar e trabalhamos, ah, como eu posso dizer, eu acho, é uma satisfação pra mim muito grande, sabe? Poder tá levando e as pessoas nos procuram querendo informação, e a gente também tá podendo levá pra fora, sabe? Não ficá só pra nós, como tá podendo tá falando com as outras pessoas também. As pessoas tem interesse e vem perguntar: - como é que funciona? O que que é economia solidária? Como que é ter uma associação? Porque que ela difere das outras? Mas podê ver então, que dizer, que a gente tá fazendo diferente, sabe? Tá fazendo a diferença e mexe! Mesmo as outras associações de artesanato, que não são economia solidária, já nos conhece, sabe?” (Orquídea)

De fato, as trabalhadoras se veem também no papel de divulgadoras não só de seus trabalhos – individuais e coletivo -, mas da economia solidária. Nos últimos dois anos elas tem protagonizado a atividade de formadoras e palestrantes em instituições de ensino – desde fundamental até superior – numa mostra de que o trabalho adquiriu um sentido que ultrapassa a questão econômica e se aproxima de uma atividade geradora de prazer, autonomia e satisfação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária tem operado mudanças na vida de pessoas. Talvez nem tantas e com a intensidade com que muitos desejassem, talvez não no ritmo e na escala almejados por seus entusiastas e praticantes. E dentre as mudanças mais evidentes estão aquelas afetas ao mundo do trabalho.

Do mundo do trabalho destacam-se os benefícios relacionados menos à renda e mais às questões subjetivas. Não se trata de escolher uma em detrimento da outra, pois a aposta é de que a economia solidária deva proporcionar em ambas condições mais favoráveis, até pela vinculação entre elas. No entanto, os resultados positivos apontados em diversas pesquisas e reiteradas por esta, é de que o trabalho ganha um significado e um sentido que o tornam uma experiência superior quando inscritos nestas experiências.

As falas das trabalhadoras do EES investigado expressam e justificam uma percepção positiva sobre a vivência do trabalho coletivo que, mesmo recente, já dá mostras de suas

virtuosidades. A opção por esta modalidade de trabalho não foi imposta, tampouco tomada por impulso por seus participantes, ao contrário, foi a decisão de um coletivo cuja caminhada na economia solidária os animou para o desafio de avançar sobre uma proposta que desafiava a forma rotineira de trabalho de cada uma delas.

A manutenção do trabalho individual está amparada na preocupação legítima de geração de renda no sentido mais imediato, enquanto a disposição de aliá-lo ao trabalho coletivo revela a coragem e a disposição diante de uma nova e desafiadora opção, que até o momento da pesquisa, tem-se mostrado compensadora.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CPDOC/FGV. **O que é história oral?** Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>>. Acesso em 11 ago 2015.

CRUZ, Antonio Martins. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006, 325 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DAL RI, Neusa. M. (Org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideu – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010.

PAPA FRANCISCO. **LAUDATO SI'** sobre o cuidado da casa comum. Paulus, 2015.

CATTANI, Antonio. D.; LAVILLE, Jean-Louis. GAIGER, Luiz. I.; HESPANHA, Pedro. (Coord.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, Brasília, 16 a 18 de junho de 2010.

GAIGER, Luiz. I.; KUYVEN, Patrícia ; OGANDO, Cláudio. B. ; KAPPES, Sílvio. ; KNECHT da SILVA, J. **A Economia Solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GAIGER, Luiz I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, 2009

GAIGER, Luiz I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.2, p.1-26, mai./ago, 2006.

GAIGER, Luiz I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

LEITE, Márcia. P.; ARAUJO, Angela. M. C.; LIMA, Jacob. **O Trabalho na Economia Solidária**: entre a precariedade e a emancipação.. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2014

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**: São Paulo: Perseu Abramo. 2002.

SINGER, Paul.; SOUZA, André. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, 2000

SOUZA, A.R. A economia solidária é uma miragem? 34. Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2010.

TIRIBA, Lia **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1988

WORCMAN, Karen. História oral, histórias de vida e transformação. *In*: **Depois da Utopia**. São Paulo: Letra e Voz, 2013.